

Ex-secretária é presa em operação

Duas ex-assessoras e um empresário também foram detidos em inquérito que apura possíveis fraudes em compras de livros



Sede da Smed foi um dos locais onde ocorreram as buscas ontem pela manhã

ADRIANA IRION
adriana.irion@zerohora.com.br

CARLOS ROLLISNG
carlos.rollisng@zerohora.com.br

A Polícia Civil deflagrou ontem a Operação Capa Dura, que investiga supostas irregularidades em compras da Secretaria Municipal da Educação de Porto Alegre (Smed). Quatro pessoas foram alvo de prisão temporária, incluindo a ex-secretária Sônia da Rosa. Além disso, oito servidores públicos foram afastados dos cargos, entre eles Alexandre Borck, presidente do MDB da Capital e secretário municipal extraordinário de Modernização e Gestão de Projetos.

A investigação, aberta após reportagens do Grupo de Investigação da RBS (GDI), tem foco em cinco aquisições de livros feitas em 2022 pela Smed por adesão a ata de registro de preço.

O instrumento é conhecido como "carona" por acelerar o gasto público. Foram adquiridos 544 mil exemplares e o custo alcançou cerca de R\$ 34 milhões.

As reportagens do GDI, que começaram a ser veiculadas em junho do ano passado, revelaram acúmulo e acondicionamento precário de livros em depósitos e possível direcionamento das compras (leia mais na página ao lado). Dentre os detidos, está também o representante da Inca, uma das empresas que comercializam os livros.

O inquérito, conduzido pela 1ª Delegacia de Polícia de Combate à Corrupção (1ª Decor), do Departamento Estadual de Investigações Criminais (Deic), apura suspeitas de fraudes licitatórias e associação criminosa. Os mandados foram assinados pelo juiz Orlando Faccini Neto, da 1ª Vara Estadual de Processo e Julgamento dos Crimes de Organização Criminosa e Lavagem de Dinheiro.

As prisões temporárias têm duração de cinco dias, conforme a legislação. Ontem, os quatro detidos foram interrogados.

Também foram cumpridos ontem 36 mandados de busca e apreensão em cinco Estados: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Rio de Janeiro e Maranhão. Foram recolhidos aparelhos de telefone celular, eletrônicos e documentos.

Dentre os locais em que foram realizadas as buscas estão a sede da Smed e o Centro Administrativo Municipal, no Centro Histórico. A operação ainda obteve a apreensão e a indisponibilidade de 12 veículos e o bloqueio de sete imóveis.

Colaboraram Gabriel Jacobsen, Guilherme Milman e Luiz Dibe

GZH
Veja as principais reportagens do GDI sobre o caso: gzh.rs/smedgdi

Afastado teria influência sobre aquisições

O pedido de afastamento do secretário municipal extraordinário de Modernização e Gestão de Projetos, Alexandre Borck (MDB), ocorreu devido a indícios de que ele teria exercido influência nas cinco compras de livros da Smed que estão sob investigação. Pela decisão, ele terá de ficar por seis meses sem exercer qualquer função pública.

O suposto envolvimento de Borck nas aquisições já havia sido mencionado nas CPIs que investigaram o caso. Em uma das sessões, foi reproduzido um áudio em que Mabel Vieira, ex-assessora da Smed, relata que Xandão, como ele é conhecido, remetia pen drives à Smed.

Os dispositivos conteriam as atas de registro de preço que deveriam ser usadas para fazer as compras. Depois, Mabel voltou atrás e disse ter agido por vingança por ter sido exonerada.

A reportagem contactou a assessora de Borck, mas não houve resposta.



Borck

Quem são os alvos

SÔNIA DA ROSA

Assumiu a titularidade da Smed em 3 março de 2022. No dia 9, quando estava no cargo havia menos de uma semana, recebeu Jailson Ferreira da Silva para debater sobre os livros da editora Inca para o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb). Uma semana depois, a Smed iniciou os processos administrativos que culminaram nas compras junto às empresas ligadas a Jailson. Sônia deixou o cargo em junho de 2023, após a publicação das primeiras reportagens do GDI.



Sônia

O advogado de Sônia, João Pedro Petek, diz que se manifestará nos autos do processo.

MABEL LUIZA LEAL VIEIRA E MICHELE BARTZEN

Mabel foi assessora técnica do gabinete de Sônia, enquanto Michele ocupou a função de coordenadora pedagógica da Smed. Ambas também deixaram os cargos em junho de 2023.

A Polícia Civil informou que elas ainda não constituíram defesa.



Mabel



Michele

JAILSON FERREIRA DA SILVA

Empresário, atuou nas cinco vendas de livros à Smed que estão sob investigação pela Operação Capa Dura.

Em nota, o advogado José Henrique Salim Schmidt afirmou que a prisão de Jailson é

"desproporcional e desnecessária".

"Quando convidado a prestar esclarecimentos junto à CPI da Câmara de Vereadores, este compareceu espontaneamente e respondeu aos questionamentos. Desde então, encontra-se à disposição de toda e qualquer autoridade, mediante simples convite."



Jailson

Outras seis licitações são investigadas

Além das cinco compras de livros apontadas como irregulares, outras seis licitações para aquisição de materiais são investigadas pela Polícia Civil, segundo a diretora do Departamento Estadual de Investigações Criminais (Deic), delegada Vanessa Pitrez. Até o momento, nenhuma outra fraude foi confirmada.

Conforme ela, além das empresas Inca Tecnologia de Produtos e Serviços e Sudu Inteligência Educacional, outras nove companhias estariam por trás das compras. A suspeita é de que elas fariam parte de um conglomerado liderado pelo empresário Jailson Ferreira da Silva.

Todas as informações que nós recebemos, que dão conta de supostas fraudes em licitações de outros materiais de cunho pedagógico, serão investigadas em inquéritos policiais separados.

Temos investigações em andamento sobre outros materiais que possivelmente foram adquiridos pela mesma modalidade de fraude estatutária – afirma Pitrez.

Os policiais confirmaram que houve contato entre representantes da Inca e Sudu e membros da secretaria antes da realização das licitações por adesão a ata de registro de preço.

Até o momento, foi identificado que o interesse do Executivo pelos acordos surgiu como uma forma de evitar descumprimentos na meta orçamentária.

A prefeitura estava com parte do orçamento destinado para a educação não gasto. O prazo para gastar 25% que obrigatoriamente devem ser investidos pelas prefeituras estava se esgotando. Havia risco de apontamento, até mesmo de acusações de improbidade administrativa. E, pela rapidez da aderência na "carona" dessas atas e na aquisição desses materiais, a prefeitura optou então por jogar esses 25% do orçamento aí, na compra excessiva desses materiais – acrescentou a delegada.



Vanessa

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Zero Hora - Porto Alegre/RS

Página: 8